RESUMO

Desde a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em setembro de 1983, o Município de Belo Horizonte começou a envidar esforços no sentido de controlar, na medida do possível, os incômodos inerentes à poluição sonora urbana.

Para tanto, junto aos segmentos pertinentes da sociedade como um todo, foi criada e homologada a Legislação Ambiental de Belo Horizonte, Lei 4.253/85 e o Decreto regulamentador, 5.893/88, modificado pelo Decreto 9.139/97 que responde pelos NCA (Níveis Críticos de Avaliação) relativos ao controle do ruído urbano.

A homologação do decreto 9.139/97 fez-se necessária devido à mudança da Lei de Uso e Ocupação do Solo. O Decreto 5.893/88 foi homologado com o atrelamento dos NCA ao zoneamento de Belo Horizonte (zonas residenciais, comerciais etc.), conforme anexo III

Em 1996, com a mudança de Lei do Solo, novos NCA para a poluição sonora tiveram que ser estabelecidos e para tanto, foi publicado o Decreto 9.139/97, desta feita, consonante com o zoneamento e a classificação do sistema viário da cidade, (anexo IV).

A Lei 9.341/07 foi publicada mantendo a mesma dependência anterior, (anexo V).

A atual legislação de controle ambiental relativo ao ruído em Belo Horizonte – Lei 9.505/2008, apresenta os níveis padrão (NCA) independentes da lei urbanística da cidade, conforme anexo VI.

O presente projeto de lei, além de propor a manutenção da desvinculação de referências da Lei de Uso e Ocupação do Solo, propõe a criação de NCA inerentes aos elementos do meio biótico, especialmente animais domésticos e silvestres que convivem no ambiente antropizado (anexo VII).